

## 1. Documento: 18075-2018-43

### 1.1. Dados do Protocolo

**Número:** 18075/2018

**Situação:** Ativo

**Tipo Documento:** Pregão

**Assunto:** Licitação

**Unidade Protocoladora:** SAJ - Secao de Apoio Juridico

**Data de Entrada:** 25/06/2018

**Localização Atual:** SELC - Secretaria de Licitac. e Contratos

**Cadastrado pelo usuário:** FRANCIAR

**Data de Inclusão:** 10/09/2018 14:20

**Descrição:** PP 01/2018 - Contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento de material, equipamento e pessoal.

### 1.2. Dados do Documento

**Número:** 18075-2018-43

**Nome:** PP\_01\_2018\_Resposta\_Recurso\_Bandeirantes.pdf

**Incluído Por:** Secretaria de Licitac. e Contratos

**Cadastrado pelo Usuário:** GRAZIELL

**Data de Inclusão:** 23/08/2018 16:18

**Descrição:** Resposta da Pregoeira ao Recurso interposto pelo Centro Automotivo Bandeirantes

### 1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
Graziella Melgaco Pires Furtado de	Login e Senha	23/08/2018 16:18

---

**Documento Gerado em 11/09/2018 12:48:38**

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

<b>PREGÃO PRESENCIAL n. 01/2018</b>
<b>Objeto: Contratação de empresa especializada em limpeza, higienização e lavagem de veículos, com fornecimento do material, equipamento e pessoal necessários à execução dos serviços</b>
<b>Recorrente: Centro Automotivo Bandeirantes Ltda- ME</b>

## 1. RELATÓRIO

*Centro Automotivo Bandeirantes Ltda*, CNPJ n. 15.247.633/0001-76, inconformada com a declaração da empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* como vencedora no Pregão Presencial 01/2018, manifestou intenção de recorrer, registrada na ata do encontro ocorrido no dia 30/07 (doc. 18075.2018-30), nos seguintes termos:

*“A vencedora não conseguiu comprovar, com a apresentação do atestado de qualificação técnica, estar apta à prestação dos serviços de lavagem ecológica, o que influenciou em todo o processo de licitação (preço, etc). Discordamos também da forma como foi concedido o prazo para apresentação do documento de regularidade fiscal faltante (CND Federal), que acabou por beneficiar a licitante vencedora”.*

Apresentou razões recursais (doc. 18075-2018-37), alegando, em apertada síntese:

- que tendo o *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* se sagrado vencedor nos dois lotes, caberia à pregoeira prosseguir com o processo de habilitação no lote 1 – lavagem ecológica, uma vez que há no edital preferência por este tipo de lavagem, constando também no Guia de Compras do CSJT, no CNJ e em outras leis licitatórias, orientações objetivas à preferência por serviços, produtos e procedimentos que visem a sustentabilidade e proteção ao meio ambiente;

- que a pregoeira deixou de observar os princípios que regem os procedimentos licitatórios e a administração pública, ao aceitar a desistência do *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* quanto ao lote 1, e atender ao pedido da vencedora para trocar de lote;

- que, caso a pregoeira tivesse observado os princípios, as orientações do CSJT e CNJ, assim como as disposições vinculativas do edital, ocorreria a desclassificação da empresa vencedora no lote 1, em razão da não



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

apresentação de comprovação técnica da lavagem ecológica, pois apresentou laudo técnico que gerou questionamento e diligências;

- que o documento de qualificação técnica para lavagem, tanto ecológica quanto convencional, não era claro quanto à realização dos serviços, não constando detalhes sobre a quantidade e o tipo de lavagem que a empresa licitante realizou, recorrendo apenas que prestou o serviço de lavagem ao número mínimo de carros solicitados no edital;

- que o edital indica a necessidade de duas cartas/atestados diferentes, uma para cada lote, sobre a realização do serviço, ou a demonstração, na mesma carta de que a empresa realiza os dois tipos de serviços;

- que a existência de dúvidas sobre o atestado de qualificação técnica apresentado pelo licitante, e a abertura de diligências para saneamento dessas dúvidas gerou ganho de tempo para que a empresa vencedora pudesse regularizar suas pendências junto à Receita Federal, que de outro modo, a teriam desclassificado;

Em sede de contrarrazões (doc. 18075-2018-40), a licitante *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* aduz o seguinte:

- que o *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* realmente ofereceu o melhor lance para ambos os lotes, mas não é verdade que desistiu do lote 1;

- que o lote 2 foi homologado no lugar do lote 1 em razão de o valor final dos lances do lote 2 ter sido inferior ao do lote 1, cumprindo-se o previsto no item 8.17 do edital;

- que é estranho que o recorrente defenda a tese da continuidade da licitação em relação ao lote 1, uma vez que sequer apresentou proposta para este lote;

- que a lavagem ecológica não é adotada, atualmente, na prática, em contratos corporativos, por nenhum dos lava jatos mais tradicionais do município. Faz, por último, uma série de considerações acerca dos tipos de lavagem, sobretudo a ecológica;

É o relatório.

## **2. ADMISSIBILIDADE**

### **2.1. Tempestividade**

A declaração da empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* como vencedora no certame, se deu no dia 30/07/2018, data em que foi reaberta a sessão do pregão, suspensa no dia 09/07/2018 para a consecução de diligências.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

Segue trecho da ata emitida no encontro do dia 30/07/2018:

*"[...] Diante do referido parecer, a pregoeira procedeu à declaração da empresa Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30) como VENCEDORA da licitação.*

*[...] Na sequência, em conformidade com o inciso XVIII, do art. 4º da Lei 10.520/2002, a pregoeira deu aos licitantes presentes a oportunidade de "manifestar imediata e motivadamente intenção de recorrer". Neste momento, o Sr. Reginaldo Rocha dos Santos, sócio/administrador da segunda classificada, Centro Automotivo Bandeirantes, manifestou intenção de recorrer, nos seguintes termos: 'a vencedora não conseguiu comprovar, com a apresentação do atestado de qualificação técnica, estar apta à prestação dos serviços de lavagem ecológica, o que influenciou em todo o processo de licitação (preço, etc). Discordamos também da forma como foi concedido o prazo para apresentação do documento de regularidade fiscal faltante (CND Federal), que acabou por beneficiar a licitante vencedora'. Desta forma, a pregoeira intimou desde já os presentes dos prazos para apresentação das razões e contrarrazões de recurso. **O prazo para apresentação das razões recursais se iniciará em 31/07/2018, findando em 02/08/2018. O prazo para apresentação das contrarrazões se iniciará em 03/08/2018 e findará em 07/08/2018**". (grifamos)*

Como se vê, o representante do *Centro Automotivo Bandeirantes Ltda* manifestou-se imediatamente após a declaração do vencedor, sendo, portanto, tempestiva a sua manifestação, nos termos do inciso XVIII, do art. 4º da Lei 10.520/2002. Assim, conheço da manifestação da intenção de recorrer.

Quanto ao recurso propriamente dito, no que se refere à tempestividade, também conheço, eis que as razões recursais foram entregues pessoalmente pelo recorrente no dia 02/08/2018, conforme certificado pela pregoeira por meio do doc. 18075-2018-36.

As contrarrazões foram entregues pela recorrida via e-mail, no dia 07/08/2018, conforme doc. 18075-2018-39, sendo também tempestivas.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

**2.2. Legitimidade e Interesse de agir**

Também neste ponto, conheço do recurso, já que o recorrente participou da licitação, tendo legitimidade para recorrer e interesse no resultado do recurso.

**2.3. Motivação**

O recorrente, no encontro ocorrido no dia 30/07/2018, manifestou intenção de recorrer, motivadamente, conforme já citado. Assim, quanto à motivação, o recurso também deve ser conhecido.

**3. MÉRITO**

Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que, por ocasião da emissão da Ata do encontro realizado no dia 09/07/2018, utilizou-se equivocadamente a expressão “sagrou-se vencedora”, relativamente à arrematante dos lotes 1 e 2 do PP 01/2018.

Segue trecho da Ata:

*“Realizada a fase de lances, sagrou-se vencedora do lote 01 a licitante Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30), com o lance de R\$34.806,67 (trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos) e como vencedora do lote 02 a mesma licitante, Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. (CNPJ 10.610.976/0001-30), com o lance de R\$34.700,00 (trinta e quatro mil e setecentos reais)”. (grifamos)*

Na realidade, o que se quis dizer é que, **realizada a fase de lances, a licitante *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* arrematou o lote 1, com o lance de R\$ 34.806,67, assim como o lote 2, com o lance de R\$ 34.700,00.**

Do contexto geral e da leitura atenta do documento, depreende-se claramente tratar-se de mero equívoco no uso da expressão, haja vista que a sessão foi suspensa para a realização de diligência, de cuja conclusão se dependia para a declaração, OU NÃO, da empresa *Lava-a-Jato e*



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

*Estacionamento Parada com Sabão Ltda* como vencedora do certame, o que ocorreu, de fato, somente no encontro realizado no dia 30/07/2018.

Dito isso, passa-se à análise do mérito.

**Da alegada desistência do *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* relativamente ao Lote 1 e do alegado prosseguimento indevido do certame em relação ao lote 2**

Aduz a recorrente que, considerando-se que a recorrida ganhou a concorrência dos dois lotes, *“caberia à pregoeira, declarado o Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda, como vencedor no Lote ecológico e dado o prosseguimento com o processo de habilitação no Lote 01 – Lavagem ecológica. Entretanto, houve manifesta desistência da empresa vencedora em relação ao Lote 01, optando pelo processo de concorrência no Lote 02, o que não consta expressamente em ata” [sic].*

E segue argumentando:

Caberia de plano a pregoeira, declarando a empresa vencedora no Lote 01, dar continuidade a habitação dessa, uma vez que há no edital, no processo administrativo eletrônico (e-pad), preferência pela lavagem ecológica (Lote 01). Consta também, no Guia de compras do CSTJ, no CNJ, e, em leis licitatórias, orientações objetivas à observância por serviços, produtos e procedimentos, que visem a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

Assim:

Apesar do valor da lavagem ecologia ser pouco mais caro que o serviço convencional, deveria a pregoeira, pelo princípio da eficiência disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, em consonância com o art. 3º da Lei 8.666 de 1993, no exercício do seu dever legal, vinculado ao edital, dar continuidade ao Lote 01 que estabelecia a lavagem ecológica, uma vez ser essa modalidade de lavagem automotiva, mais vantajosa, não somente para o Tribunal, como para a coletividade, por se tratar de uma lavagem que visa a diminuição do impacto ao meio ambiente, e o consumo de água em grandes quantidades.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

-----  
Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade.  
A administração pública é regida por um compendio normativo constitucional e infra constitucional, ao aceitar a manifestada desistência do lava-a-jato vencedor, após a declaração de vencimento em ambos os lotes, sob argumento que preferiria um ao outro, deixou novamente de observar princípios que regem a administração pública, nesse caso, o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, pois ao atender o pedido da vencedora, para trocar de lote, por preferência da representante legal em realizar o serviço convencional, deixou manifestadamente de atingir os interesses e objetivos da administração pública e de mesma forma do disposto no edital o que apesar de não obrigar obrigava a pregoeira vincular-se a prioridade dada, a preferência pela lavagem ecológica.

Não pode a empresa participante quando apta a atender interesse público dispor de desistência, esse momento é anterior ao da abertura da sessão do certame, quando se escolhe em qual modalidade participar, o que não foi o caso em tela, visto que apresentou proposta para ambos os lotes e vencendo de igual forma.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

### Secretaria de Licitações e Contratos

A faculdade de escolha sobre a preferência de um Lote ou outro fica a cargo do ente promotor da licitação, pois é ele o interessado, representando, igualmente, vontade da sociedade, visto ser a diminuição do impacto no meio ambiente de interesse difuso e coletivo; e somente por razões objetivas, impossibilidades legais ou fáticas, que impedissem órgão a preterir tal lavagem, poderia a pregoeira, afastar ou dar por encerrado a competição no Lote 01. Em caso de impossibilidade da licitante, a mesma seria desclassificada, por não prestação de serviço.

Assim, caso tivesse a pregoeira observados os princípios, bem como, a orientações do CSTJ e CNJ, e as disposições vinculativas do edital, ocorreria a desclassificação da empresa vencedora no Lote 01, em razão da não apresentação de comprovação técnica da lavagem ecológica, pois apresentou laudo técnico, que gerou questionamento e diligências. Em sessão posterior realizada em 30/07, considerou-a inabilitada para prestar serviços de lavagem ecológica. Somente a questão econômica, que mesmo assim, não é tão relevante de um serviço ao outro, não seria razoável para deixar de escolher o Lote 01, podendo vir a serem tomadas medidas judiciais em razão da inobservância do edital.

A alegação do recorrente de que a vencedora teria desistido da licitação em relação ao lote 1 (Lavagem Ecológica), optando pelo lote 2 (Lavagem Convencional), não tem, *data venia*, nenhum sentido, senão vejamos.

No encontro realizado no dia 09/07/2018, após o credenciamento dos licitantes e da abertura e análise das propostas, iniciou-se a fase de lances. É de se ressaltar que o recorrente não apresentou proposta para o lote 1 (Lavagem Ecológica), mas tão somente para o lote 2 (Lavagem Convencional). Assim, não houve concorrência para o lote 1, haja vista que somente a recorrida apresentou proposta.

O valor estimado para o lote 1 é de R\$ 34.806,67 (trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos). A proposta inicial do *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* era no montante de R\$ 60.150,00 (sessenta mil, cento e cinquenta reais), bem superior, portanto, ao nosso estimado.

É sabido que cumpre ao pregoeiro negociar junto aos licitantes no intuito de conseguir a proposta mais vantajosa para a Administração. Portanto, em que pese não ter havido concorrência para o lote 1, abriu-se normalmente a



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

fase de lances, e oportunizou-se à licitante interessada que abaixasse seu preço, inclusive ajustando-o ao valor de referência constante do edital.

Conforme se pode notar do documento nº 18075-2018-17, a licitante, inicialmente, abaixou seu preço para R\$ 39.000,00. Neste ponto, foi alertada pela pregoeira de que a contratação somente se efetivaria por valor que estivesse dentro do estimado pelo Regional, o que motivou a licitante a rever o seu valor e efetuar novo lance, no valor estimado, qual seja, R\$ 34.806,67.

Instada a abaixar mais o seu preço, manteve-se irredutível, motivo pelo qual encerraram-se, naquele momento os lances para o lote 1 – Lavagem Ecológica, tendo a recorrida arrematado o lote com o valor de R\$ 34.806,67.

Passou-se então, à disputa de lances para o lote 2 – Lavagem Convencional, para o qual houve concorrência, já que ambos os participantes apresentaram proposta.

O valor estimado para o lote 2 é de R\$ 41.973,47 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos), e as propostas iniciais foram, respectivamente de R\$ 52.860,00 (*Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda*) e R\$ 41.955,00 (*Centro Automotivo Bandeirantes Ltda*).

Iniciada a fase de disputa para este lote, ambos os licitantes abaixaram seus preços iniciais, sendo que o último lance apresentado pelo *Centro Automotivo Bandeirantes Ltda*, ora recorrente, foi no valor de R\$ 41.000,00. Tal lance foi suplantado pela oferta do *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda*, no montante de R\$ 39.000,00, valor com o qual já teria arrematado o lote, haja vista que o outro concorrente manteve-se irredutível em sua oferta.

Assim, mais uma vez, a pregoeira entrou em negociação com a licitante, no sentido abaixar o valor de sua proposta. Ciente de que, caso seu lance final para o lote 2 se mantivesse no montante de R\$ 39.000,00, a licitação terminaria por prosseguir somente em relação ao lote 1, conforme determinação expressa do item 8.17 do edital, a licitante abaixou seu preço para R\$ 34.806,00 e, após nova negociação, deu seu lance final no importe de R\$ 34.700,00.

Como se pode ver, não houve nenhuma irregularidade na condução da sessão de lances por parte da pregoeira, que agiu dentro de suas prerrogativas legais. Os lances para os dois lotes foram finalizados normalmente, dentro de sua sequência, primeiro o lote 1 e depois o lote 2.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

Não há que se falar em desistência da recorrida quanto ao lote 1 – Lavagem Ecológica. A licitante simplesmente optou por dar lance, no lote 2, inferior àquele que tinha dado para o lote 1, pois tinha preferência por prestar o serviço de lavagem convencional, que considera mais prático, conforme se depreende das explanações constantes de suas contrarrazões.

Ademais, os licitantes são livres para dar os lances que bem entenderem durante a sessão, cumprindo ao pregoeiro, unicamente, alertá-los para os perigos de oferta de propostas inexequíveis, o que, inclusive, foi feito na ocasião.

Não há, também, que se falar que, por questões de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, a pregoeira deveria ter prosseguido com o certame relativamente ao lote 1, uma vez que o edital prevê expressamente, em seu item 8.17, que “terá prevalência na homologação o lote 1, caso o preço arrematado seja igual ou inferior a menor proposta apresentada para o lote 2 (lavagem convencional). Isto importa dizer que apenas um dos lotes será efetivamente homologado, conforme os critérios mencionados”.

*In casu*, a proposta final para o lote 2 – Lavagem Convencional, foi mais baixa que aquela dada para o lote 1 – Lavagem Ecológica, o que importa dizer, conforme o citado item do instrumento convocatório, que perdeu-se, então, a prevalência de homologação do lote 1 para aquele em que se ofertou valor mais baixo, qual seja, o lote 2.

Portanto, sem razão o recorrente neste aspecto.

**Do Atestado de Qualificação Técnica apresentado pela recorrida e do prazo concedido para apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal junto à RFB**

Relativamente à qualificação técnica do *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda*, o recorrente alega o seguinte:



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

### Secretaria de Licitações e Contratos

O documento de qualificação técnica para lavagem, tanto ecológica quanto convencional, não era claro quanto a realização dos serviços. O IEPHA, instituto estadual, que cedeu a carta de qualificação apresentada, não detalhou no texto a quantidade e o tipo de lavagem que a empresa licitante realizou, discorrendo apenas que prestou o serviço de lavagem ao número mínimo de carros solicitados no edital.

A questão se dá em virtude da falta de detalhamento da carta, não houve especificação sobre a técnica de lavagem utilizada e, em quantos carro foi feito cada tipo de lavagem. Impedindo a pregoeira e os demais participantes da concorrência da real condição da prestação de serviço.

Primeiramente pelo ganho de tempo que a mesma obteve, uma vez que houve dúvidas sobre a prestação de serviço, foi aberta diligências para saneamento das pontuais observações feita no processo licitatório, suspendendo a sessão, possibilitando que ela nesse tempo pudesse regularizar, pendências que a teriam desclassificado, pois era de apresentação obrigatória podendo no prazo de 5 (cinco) dias para apresentar, o que não ocorreria.

A empresa vencedora declarou espontaneamente que não possuía a CND (Certidão Negativa de Dívidas) na primeira sessão realizada no dia 09/07, na sessão do dia 30/07, a empresa pronunciou-se que não havia ainda conseguido encerrar os débitos junto à Receita Federal, o que ultrapassaria se tivesse o certame prosseguido, o prazo para apresentação dos documentos.

Em outro ponto de benefício, sob a dúvida da carta, a parte vencedora, apesar da manifestada desistência em participar do Lote 01 – Lavagem Ecológica, fez uso da mesma para chegar ao valor minimamente inferior ao estabelecido no edital, em relação ao serviço convencional. A carta qualificadora, virtualmente permitiu que a empresa licitante escolhesse o lote que desejava, em desrespeito ao princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. Não houve o encerramento do leilão do Lote 01, deixando em aberto para que pudesse a vencedora escolher. Dessa forma a empresa vencedora teve maior chances no concurso licitatório que as demais.

Veja-se o que dispõe o edital acerca da Qualificação Técnica dos licitantes:

*“9.7. Para comprovar a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** a licitante deverá apresentar:*

*9.8. Atestado ou declaração de capacidade técnica e aptidão para prestação de serviço compatível com o objeto da licitação, em características (ecológica ou convencional), prazos e quantidade (representada pela execução de, no mínimo, 20 lavagens de veículos por mês), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual deverá constar: a*



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

*identificação da pessoa jurídica emitente; e o nome e cargo do signatário”.*

Da leitura do Atestado apresentado pela ora recorrida, que se encontra autuado junto aos documentos de habilitação (doc. 18075-2018-18), depreende-se que o mesmo está de acordo com o exigido no instrumento convocatório, e, ao contrário do que alega o recorrente, satisfaz sim os requisitos objetivos contidos no edital, haja vista que o declarante atesta que “a empresa é especializada na lavagem de veículos, e tem, conforme experiência que tivemos ao executar trabalhos dessa natureza lá, aptidão para a prestação de serviços compatíveis com o objeto da licitação, de forma ‘ecológica’ ou convencional, dentro dos prazos e na quantidade de, no mínimo, 20 lavagens de veículos por mês”.(grifamos)

Em que pese o fato de o atestado estar em conformidade com o que foi exigido no edital, o representante da unidade técnica, presente à sessão iniciada no dia 09/07, entendeu por bem, nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/93, solicitar à pregoeira que efetuasse diligências no sentido de se esclarecer e complementar a instrução do processo.

Desta feita, após criteriosa diligência (docs. 18075-2018-24/25), a unidade demandante emitiu parecer considerando a recorrida APTA para a prestação dos serviços objeto do certame – vide doc. 18075-2018-26.

Cumprе ressaltar que a análise realizada pelo setor técnico se deu unicamente com a finalidade de confirmar a aptidão da empresa para a prestação dos serviços de lavagem convencional, objeto do lote 2, que é o lote ao qual se deu prosseguimento, conforme já exaustivamente esposado nesta peça, sendo irrelevante, portanto, o fato de a empresa não ter comprovado aptidão para a realização de lavagem ecológica.

Ainda, e somente a título de suposição e argumentação, que se tivesse dado sequência ao lote 1, como defende o recorrente, e que a ora recorrida tivesse sido inabilitada neste lote, por não ter comprovado aptidão para a lavagem ecológica nos moldes exigidos no instrumento convocatório, se passaria então à análise da habilitação da mesma licitante para o lote 2 (Lavagem Convencional), uma vez que a mesma empresa arrematou os dois lotes, estando classificada em primeiro lugar. Ou seja, ao final, teríamos o mesmo resultado.

Por último, dizer que a recorrida fez uso do Atestado de Qualificação Técnica para se *“chegar ao valor minimamente inferior ao estabelecido no*



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

*editai, em relação ao serviço convencional” e que a mesma carta “permitiu que a empresa licitante escolhesse o lote que desejava”, conforme alegado pelo recorrente, carece, s.m.j., de todo e qualquer fundamento, fático e jurídico, já que o referido documento só é passível de análise na fase de habilitação, posterior à fase de lances na modalidade de licitação escolhida, qual seja, pregão.*

Quanto ao prazo para a regularização da recorrida junto à RFB e apresentação da Certidão Negativa de Débitos, por se tratar de Microempresa, estabelece a LC 123/2006, em seu art. 43, § 1º, que *“havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa”.*

Assim, em cumprimento à legislação vigente, em seguida à declaração da empresa ora recorrida como vencedora no certame, o que se deu no dia 30/07, abriu-se o prazo de 05 dias úteis para que a licitante pudesse regularizar a sua situação, cujo termo se daria no dia 06/08.

Conforme demonstrado nos autos por meio dos documentos 18075-2018-33/34, no dia 02/08, antes, portanto, do final do prazo estipulado, esta pregoeira diligenciou junto ao site da RFB e emitiu a “Certidão Positiva com feitos de Negativa” em nome da vencedora, desobrigando-a do envio da mesma, por redundante.

É verdade que esta pregoeira equivocou-se e, por ocasião do primeiro encontro, realizado no dia 09/07, antes, portanto, da declaração do *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda* como vencedor do certame, abriu o prazo para entrega do documento, conforme se fez constar em Ata (doc. 18075-2018-22).

Porém, logo em seguida, através de e-mail encaminhado a todos os interessados (doc. 18075-2018-23), a pregoeira se retratou e informou que o prazo, de conformidade com a lei, só poderia ser aberto após a declaração de vencedor.

De fato, com suspensão da sessão para abertura das diligências, a fim de se elucidar a questão da qualificação técnica, a licitante vencedora acabou por “ganhar tempo” para a regularização de sua situação fiscal, uma vez que, não fosse a necessidade de se diligenciar, a declaração de vencedor teria se



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

dado logo no primeiro encontro, em 09/07, e não no dia 30/07, como de fato ocorreu.

Entretanto, ao retratar-se junto aos licitantes e informar que o prazo para regularização da situação fiscal da recorrida só seria aberto quando da declaração de vencedor, a pregoeira não o fez no intuito de beneficiar a arrematante, mas tão somente no sentido de cumprir a lei, que é clara ao dispor que, em se tratando de ME/EPP, o marco inicial para a contagem do prazo para regularização fiscal é a declaração de vencedor.

De outro lado, a suspensão da sessão para realização das citadas diligências também não se deu com a intenção de beneficiar a recorrida ou prejudicar o recorrente, mas unicamente pela necessidade de se sanear os autos, dirimindo dúvidas acerca da qualificação técnica da recorrida, isso com total respaldo da lei, que faculta ao pregoeiro, "*em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo*" (art. 43, § 3º, Lei 8.666/93).

Como se vê, o certame foi conduzido pela pregoeira em total observância aos ditames legais e principiológicos aplicáveis às licitações, tendo sempre tratado de forma isonômica os licitantes.

Desta feita, também não assiste razão ao recorrente neste ponto.

#### **4. CONCLUSÃO**

Pelos fundamentos acima expostos, **resolve** a Pregoeira **conhecer** do Recurso interposto por *Centro Automotivo Bandeirantes Ltda* e, no mérito, propor, s.m.j., que seja julgado improcedente, mantida a decisão que declarou vencedora a empresa *Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda*.

Ao final, requer-se a adjudicação do objeto da licitação e a homologação do certame pela autoridade competente, por regulares os atos praticados, nos moldes do art. 4º, incisos XXI e XXII, da Lei 10.520/2002, e que, após, sejam devolvidos os autos à SELC, para publicação da homologação no Diário Oficial da União e demais providências que foram cabíveis.

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2018

**Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça**



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Licitações e Contratos

**Pregoeira**